

DA SALA DE AULA PARA O CAMPO DE PESQUISA: O ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO DAS FESTAS RELIGIOSAS DE DIANÓPOLIS – TO

FROM THE CLASSROOM TO THE RESEARCH FIELD: THE HISTORY TEACHING THROUGH DIANÓPOLIS–TO’S RELIGIOUS FESTIVALS

DEL AULA AL CAMPO DE INVESTIGACIÓN: LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA A TRAVÉS DE LAS FIESTAS RELIGIOSAS DE DIANÓPOLIS – TO

Dayhan Deives Camelo Lopes¹
Eduardo Santana Valli²

Resumo

Este artigo aborda as festas religiosas em Dianópolis (TO) como oportunidades para aulas práticas de história, isto é, como recurso metodológico para trabalhar conteúdos desta disciplina na educação básica. A abordagem contempla inserções teóricas no campo da história oral que podem ser utilizadas no campo de pesquisa. Neste sentido, entende-se o professor como mediador que articula a troca de conhecimentos entre as pessoas envolvidas. Inserir elementos festivos para ensinar os conteúdos de história cria uma dinâmica riquíssima que potencializa a criatividade de cada aluno. Deste modo, discentes e docentes são favorecidos pelo aprendizado ao participarem das atividades de extensão. Professores que buscam alternativas de recursos metodológicos para o ensino de história encontram na proposta de aula prática desta pesquisa uma oportunidade para criar vínculos sociais entre alunos, pais, corpo docente e a comunidade em geral.

Palavras-chave: ensino de história; festas religiosas; história oral.

Abstract

This article approaches the religious festivals in *Dianópolis* (TO) as opportunities for practical history classes, that is, as a methodological resource to work contents of this subject in basic education. The approach contemplates theoretical insertions in the field of oral history that can be used in the research field. In this sense, the teacher is understood as a mediator who articulates the exchange of knowledge among the people involved. Inserting festive elements to teach history contents creates a very rich dynamic that enhances each student’s creativity. Therefore, students and teachers are favored by the learning process when participating in the extension activities. Teachers who are looking for alternative methodological resources for teaching history will find in the practical class proposal of this research an opportunity to create social bonds among students, parents, teachers, and the community in general.

Keywords: history teaching; religious festivals; oral history.

Resumen

Este artículo estudia las fiestas religiosas en Dianópolis (TO) como oportunidades para las clases prácticas de historia, es decir, como recurso metodológico para trabajar con contenidos de esa asignatura en la educación básica. La orientación prevé incursiones teóricas en el campo de la historia oral, que pueden ser utilizadas en el campo de investigación. En ese sentido, se entiende al docente como mediador que articula el intercambio de conocimientos entre los participantes. Utilizar elementos festivos para enseñar contenidos de historia crea una dinámica riquísima, que potencia la creatividad de cada estudiante. De ese modo, profesores y alumnos son beneficiados por el aprendizaje cuando participan de las actividades de extensión. Docentes que buscan recursos metodológicos

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT, 2021), graduado em Artes (UFT, 2014) e em História (UNINTER, 2021). E-mail: daydelo@hotmail.com.

² Mestre em Sociologia (UFPR, 2021), graduado em História (UTP, 2015), professor do curso de História na área de Linguagens e Sociedade do Centro Universitário Internacional – UNINTER. E-mail: eduardo.v@uninter.com.

alternativos para la enseñanza de la historia encuentran, en la propuesta de clase práctica de esta investigación, una oportunidad para crear vínculos sociales entre alumnos, padres, cuerpo docente y comunidad en general.

Palabras-clave: enseñanza de la historia; fiestas religiosas; historia oral.

1 Introdução

O ensino de história fora do espaço escolar ou da sala de aula proporciona oportunidade de inserir os alunos no campo de pesquisa desde o ensino fundamental. Partir de elementos históricos comuns a determinada comunidade possibilita engajamento maior dos alunos e maior troca entre os saberes. O professor se torna um mediador, um articulador dessa troca. Caberá ao professor escolher os caminhos que levarão os alunos a alcançarem os resultados esperados por meio de uma metodologia ativa de ensino.

As metodologias “ativas” podem tornar as aulas muito mais prazerosas. Por exemplo, a execução de *projetos* para debater questões atuais propostas pelos alunos para um trabalho interdisciplinar. Com *aulas invertidas* também é possível disponibilizar vídeos, sites e outros materiais para os alunos pesquisarem. No espaço da aula, que inclusive pode ser fora do ambiente escolar, haverá uma complementação de ideias a partir da reflexão que eles trouxeram.

Nas metodologias ativas, os professores não são os únicos detentores do conhecimento e os alunos não são somente receptores de informações. No processo de ensino, o educador é o mediador responsável pelo engajamento do aluno e deve proporcionar experiências cognitivas para instigar o aprendiz como protagonista de sua aprendizagem. Desta forma, essas metodologias auxiliam o planejamento e a organização do espaço escolar, bem como o planejamento e a execução de atividades que proporcionarão aprendizagens mais complexas e desafiadoras.

Os alunos participam ativamente do processo de aprendizagem. Debates, jogos, projetos de pesquisas, aulas invertidas, etc., são meios para proporcionar uma prática de aprendizagem engajada em que o aluno é parte principal do processo. Nessa modalidade, o aluno estuda uma parte em grupo, presencialmente, e outra parte, do conteúdo, em alguma atividade prática. É possível utilizar várias ferramentas como recursos para os alunos desenvolverem a parte do conteúdo, como *WhatsApp*, *Google Pages*, redes sociais, entre outras ferramentas que os alunos conhecem e com as quais estão habituados.

Em Dianópolis, por exemplo, cidade situada a 340 quilômetros de Palmas, ocorrem festejos religiosos na zona rural. Na romaria da missão, celebra-se São José, padroeiro da cidade, comemorado no dia 19 de março, e a festa do Divino Espírito Santo, comemorada na segunda semana de julho. De acordo com Lopes (2021), o mito fundante da região gira em

torno de uma imagem de São José encontrada por indígenas. Estes, vistos como selvagens e empecilho para o processo da mineração, eram confinados e domesticados pela igreja católica.

Muitos conflitos entre os indígenas e os demais habitantes do arraial marcaram o lugar. Conforme Oliveira (2019), os aldeamentos da região foram espaços de resistência dos índios, por não aceitarem as regras culturais impostas por religiosos e autoridades responsáveis pela região, e por serem bastante explorados e desrespeitados. Segundo Andrade (2010), houve também conflito entre índios de etnias diferentes, e de índios com os mineradores. Depois desses conflitos e de vários massacres, os índios abandonaram a região.

A festa do Divino, de origem colonial, foi inserida nesse contexto a partir das viagens missionárias no período em que muitos grupos de devotos se espalharam por várias partes do território. A presença desses missionários católicos influenciou a difusão de uma “cultura bíblico-católica” que se manifesta na crescente exteriorização da fé, em modelos devocionais diversos (BRANDÃO, 1986 apud LOPES, 2014, p. 131). O intuito da festa é celebrar o Pentecostes, que representa a manifestação do Espírito Santo no meio do povo, conforme a crença cristã.

Na festa, a igreja se apropriava dos momentos da celebração para inserir práticas cristãs e apagar costumes considerados selvagens ou pagãos. No entanto, os costumes do povo sempre estiveram presentes nos rituais dos festejos, repleto de politeísmo, de superstições e manifestações corporais. Desta forma, atraía muitas pessoas com facilidade, por isso era comum confundir práticas sagradas com as consideradas profanas.

A religião católica se estendeu por toda a região dos arraiais durante a extração de ouro, com a instalação de capelas, práticas de orações e de rituais. Além das missas, dos sermões e das procissões, o povo inseria também suas danças, suas superstições, suas brincadeiras e suas formas de celebrar, tornando a festa um espaço multifacetado e dinâmico. Conforme Martha Abreu (1996), esse espaço podia ser de solidariedade, de alegria, de prazer, de criatividade, de troca cultural, mas também um local de luta, de resistência contra o poder e o privilégio de uma elite dominante.

Essa diversidade de influências indígenas, de portugueses, de negros e escravos presentes na região de Dianópolis formou a base identitária desse povo (LOPES, 2021). Não é possível afirmar com precisão quando a festa do divino foi celebrada pela primeira vez na cidade, mas é certo que vários elementos simbólicos integram esta manifestação desde sua origem europeia. A bandeira com fitas que simboliza os dons, a pomba que simboliza o Espírito Santo, o cetro que representa a autoridade, e a coroação do imperador e da imperatriz são elementos característicos da festa. Outro elemento importante que se destaca na festa do divino

é a folia. Segundo Monica Silva (2001), a folia é um desdobramento da festa, do culto à divindade. Trata-se de um grupo ritual votivo que percorre, em forma de giro, regiões distantes, como povoados, propriedades rurais e bairros afastados, anunciando a festa e buscando esmolas para os festejos.

As festas religiosas atuais também se tornam um momento de reviver as formas anteriores de relacionamento. Por isso, é comum ver pessoas conversando por longo tempo, compartilhando experiências, contando causos, sorrindo, divertindo-se. A tradição torna-se um meio de não deixar morrer as raízes pessoais e as memórias coletivas da comunidade.

Na festa, moradores da região, ricos, pobres, políticos, dominadores e dominados, todos se envolvem na celebração da fé. Laços de amizade são estabelecidos e, também, momentos de convivência e de práticas do cotidiano. É como se o tempo parasse. Todos deixam seus afazeres para se dedicarem alguns dias à devoção.

É também comum haver conflitos nos festejos. Em situações em que se envolvem muitas pessoas, frequentemente aparecem divergências de propósitos e interesses. Assim como em outras situações sociais divergentes, cabe buscar entender o alcance e as dimensões desses conflitos, de maneira a reconhecer seus processos e suas temporalidades em relação às festas.

Com a globalização, a inserção de novas tecnologias e a velocidade da informação, vivemos sem tempo. Sem tempo para comer, sem tempo para dormir, sem tempo para se divertir. As relações sociais esfriaram, distanciadas e artificializadas. As conversas cotidianas na porta de casa, ao fim do dia, dão lugar a mensagens instantâneas no celular. Hábitos comuns de convivência coletiva são substituídos por outras formas de relações. A globalização é um processo que afeta a todos da mesma maneira e na mesma medida e a sociedade de consumo se interpõe nas relações sociais. Sobre esse período, David Harvey desenvolveu o importante conceito: a compressão do espaço-tempo (LOPES, 2020, p. 142). Para ele, as maneiras dominantes e simultâneas pelas quais experimentamos o tempo e o espaço geram mudanças profundas nas práticas culturais, políticas e econômicas.

Na contemporaneidade, diversas transformações ocorreram nos rituais festivo-religiosos populares do Brasil. São mudanças sociais ligadas à inserção de novas tecnologias, de reconfiguração das tradições, dos processos de migração, de modernização da agricultura, bem como da influência entre os elementos da cultura popular e da cultura de massa. Lopes (2014) mostra que as relações entre a tradição e a modernização, na mediação dos processos identitários, favorecem para transformações profundas, inclusive na devoção.

Esses processos de significação individuais e coletivos que, combinados estruturas de sentimentos abertas a novas percepções, rearranja de forma reflexiva os modelos prevaletentes de religiosidade. Reagindo a esse reordenamento, as antigas tradições religiosas se atualizam seletivamente, ora incorporando, ora desincorporando representações e práticas diversas (LOPES, 2014, p. 55).

As festas religiosas da Missão estão passando por essas transformações e é perceptível o reordenamento interno. A experiência das novas gerações, marcadas por influências urbanas crescentes, desloca-se do imaginário local e mistura as representações entre identidade, a cultura e o lugar³. Sobre essas atualizações e fabricações religiosas inacabadas, Certeau (1993 apud LOPES, 2014) afirma que as devoções populares têm ganhado força, novamente, pela sua capacidade performática de produzir estratégias e gerir identidades em negociação com alteridades distintas.

Enfim, são as experiências cotidianas que tornam as festas campo fértil à análise da sociedade. Tais manifestações expressam-se em rituais que representam e reforçam os sistemas sociais e hierárquicos vigentes. O ciclo de festas de origem afro-europeia da época do Brasil colônia, que perduram até os dias atuais, é também símbolo de resistência, de mudanças e adaptações de elementos da modernidade, como da manutenção de elementos tradicionais (LOPES, 2021).

Inserir elementos festivos para ensinar conteúdos de história cria uma dinâmica riquíssima de ensino que potencializa a criatividade de cada aluno. Temas atuais e do passado estão presentes nos festejos e podem ser visualizados pelos alunos. A escravidão, o coronelismo, a romanização do culto, os aldeamentos indígenas, os mapas sociais, o racismo, a diversidade, a intolerância, entre outros temas estão presentes e podem ser estudados por alunos do ensino fundamental e do ensino médio a partir de uma prática de extensão para além da sala de aula.

Essas experiências, além da aprendizagem, desenvolvem potencialidades e capacidades criativas dos estudantes, numa perspectiva de formação integral e cidadã, com a ressignificação de espaços e os alunos como centralidade do ensino, conforme estabelecido no Documento Curricular do Tocantins – DCT.⁴

³Certeau (1993) discute o lugar como posição comum à gestão de alteridade dos sujeitos em relação a si e aos outros das situações interativas. Para este autor, o desempenho da ação efetiva-se para além do imediatismo das circunstâncias cotidianas quando se consegue estipular uma posição estratégica para pensar a atuação em longo prazo. Para Yázigi (2001), em termos gerais, o entendimento de lugar remete a ideia de uma arrumação que produz o singular. De acordo com o autor, o arranjo das dimensões territoriais, temporais e perspectivas declara a “alma do lugar”.

⁴ O Documento Curricular do Tocantins para a educação básica surgiu a partir de longas discussões e proposições que se materializaram por meio das diretrizes da Base Nacional Curricular (BNCC). Um dos objetivos da BNCC é tornar o estudante uma pessoa que identifique os desafios da vida, tenha habilidades e competências adequadas para perceber e compreender as transformações a sua volta, bem como as semelhanças e diferenças entre as pessoas. Entre os objetivos pedagógicos para o ensino de história está previsto no DCT oportunizar aos estudantes conhecerem o patrimônio material e imaterial da cidade, os locais históricos, as edificações e as referências culturais da população local (TOCANTINS, 2019).

2 Dianópolis e o patrimônio histórico-cultural

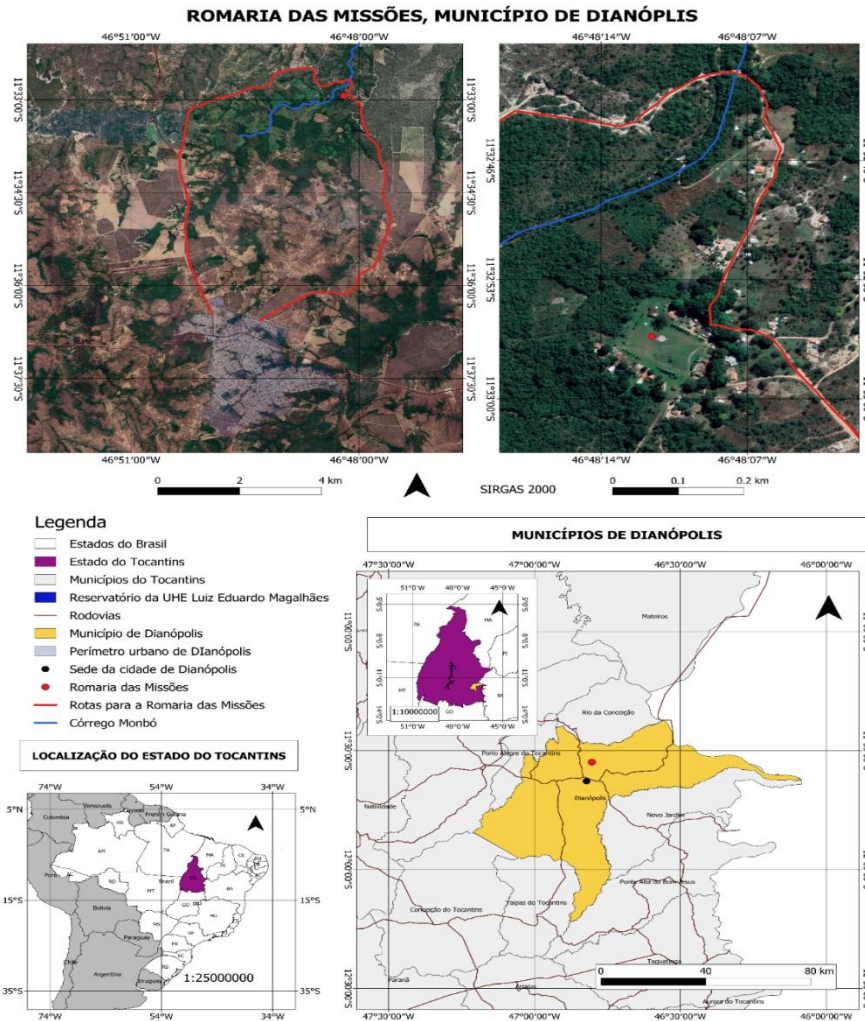
O Tocantins é um dos estados mais novos do Brasil, tem apenas 30 anos de existência. Muitos povos habitam a região muito antes da divisão territorial. Outros vieram de várias partes do país, do mundo. A partir da criação do estado, em 1988, apesar de muitos serem da região, uma nova história se iniciou, e junto, novos valores e signos construíram a cada dia uma nova identidade. Segundo Silva (2016), os elementos identitários do novo estado nos discursos oficiais se referem às belezas naturais, aos povos indígenas, à culinária da roça e às várias manifestações populares na música, na dança, nas vestimentas, na fé e na devoção que, após a divisão do estado, passaram a ocupar um espaço positivo de identificação regional.

A religiosidade é uma característica presente em todas as regiões do estado: nas festas de Nossa Senhora da Natividade, Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora do Rosário, de Nosso Senhor do Bonfim, de São José, a folia de Santos Reis, Os Caretas, a roda de São Gonçalo, as cavalladas, os congos, etc. Todas essas manifestações de fé e devoção são marcadas por músicas e danças como a sússia, a jiquitaia, a catira, o tambor, o congo, a roda e outras.

Dianópolis é uma cidade situada na região sudeste do estado do Tocantins a cerca de 340 quilômetros da capital, Palmas. Faz divisa com o estado da Bahia e possui atualmente pouco mais de 19 mil habitantes, segundo o último censo do IBGE (2010)⁵. A origem da cidade está atrelada às práticas dos aldeamentos indígenas, organizados em missões religiosas pelo Brasil, como também pelo auge da mineração de ouro, em meados do século XVIII. O ouro era abundante por toda a região do antigo norte de Goiás. Segundo Parente (2007), o ouro de aluvião aflorava por essas terras nesse período.

Figura 1: Mapa de localização da Missão

⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/dianopolis/panorama>. Acesso em: 20 jul. 2022.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins – Google Earth⁶.

Desde o final do século XVI, os paulistas e os jesuítas percorriam esses lugares interessados em preparar e explorar a mão de obra do índio, porém, a partir da notícia das novas minas nesta região surgiu um grande aglomerado de pessoas, lavradores, mineradores e pecuaristas. As áreas mineiras eram exploradas e o comércio no entorno cresceu. Por volta de 1750, na terceira fase da mineração goiana, surgiu o aldeamento São Francisco Xavier do Duro, local onde viviam indígenas acroás, xacriabás, escravos fugitivos e, posteriormente, pessoas que vieram de várias partes da colônia em busca de riquezas. O período aurífero foi intenso, porém breve, até que a região foi abandonada, sobrevivendo de pequenas plantações e criações de animais (PARENTE, 2007).

Pensar na romaria das Missões atualmente traz à memória coletiva da geração desse tempo um lugar de festa, de alegria, de diversão, de celebração, de fé e de devoção.

⁶ Organizadores: Wallys Luan Ferreira Copetti e Dayhan Deives Camelo Lopes – Software: Qgis 3.10 A Corunã.

Questionadas sobre uma palavra que lhes vinha à mente ao verem uma imagem do local, de crianças a pessoas mais velhas que frequentam a romaria falaram de espaço festivo, laços de amizade, compadrio e continuidade das relações pessoais e políticas, que demonstram uma ressignificação do lugar. Segundo Lopes (2021), esse espaço, hoje visto assim, no passado foi um lugar de sofrimento, de lutas e resistências, de dominação racial e de perseguição étnica. Índios e negros que viviam na região passaram por condições desumanas, de escravidão e aprisionamento pelas mãos de colonizadores. Sofreram diversos tipos de tortura, física e emocional, mas nunca desistiram de lutar.

Os aldeamentos indígenas foram instituídos em 1686 e eram organizados em missões religiosas. Os religiosos foram imprescindíveis para a implantação do projeto colonizador português. Segundo Oliveira (2019), os Jesuítas dominaram os aldeamentos indígenas no Brasil por mais de 210 anos, até serem expulsos pelo então rei Dom José em 1759.

O processo de colonização foi muito doloroso, especialmente para os indígenas e os negros, que tinham seus modos de vida e seus costumes reprovados pela cultura europeia. A coroa portuguesa enxergou nos aldeamentos uma possibilidade real de inserir a população indígena na sociedade colonial, “tornando-os súditos cristãos do rei de Portugal”, ampliando as vantagens para expandir as fronteiras e garantir a soberania dos territórios conquistados, como também garantir a mão de obra necessária para diversas atividades pesadas do dia a dia.

As missões religiosas se espalharam pelo território brasileiro. Segundo Palacín (2001), os Jesuítas começaram a percorrer essa região navegando pelos rios Tocantins e Araguaia a procura de indígenas para aldear. Porém, segundo Oliveira (2019), diversos conflitos entre índios e não índios foram registrados pela historiografia goiana e tocantinense.

Alguns grupos étnicos que habitavam o território estavam obstinados a impedirem a invasão dos colonizadores, é o caso dos Kayapó no sul e dos Akroá Canoeiro, Xavante, Xacriabá, e outros grupos indígenas localizados no norte da capitania de Goiás. No sul os Kaiapó inconformados com a invasão do seu território, foi a etnia que mais dificultou o processo de povoamento (OLIVEIRA 2019, p. 39).

Os índios, com razão, não aceitavam abandonar seus costumes, seus hábitos e suas maneiras de viver, para aderir a um modo de vida completamente diferente do que estavam acostumados. Eles não aceitavam a presença do colonizador, com a exploração econômica das suas terras⁷, as autoridades governamentais da colônia investiram na formação de bandeiras,

⁷ O ouro era abundante nesta região e a coroa portuguesa começou a buscar um novo produto para substituir o açúcar. A coroa portuguesa sempre teve notícias de pequenos achados de ouro pelo território e tinham a esperança de extrair os metais preciosos na colônia.

prometendo títulos e honrarias aos aventureiros que descobrissem os metais preciosos nos sertões brasileiros.

Na corrida pelo ouro, o território passou a ter várias capitanias com governos locais, as quais as terras goianas integraram, governadas por D. Marcos de Noronha. Para combater as resistências indígenas, o governador transferiu a administração temporal ao coronel Wenceslau Gomes da Silva, que tinha fama por vitórias contra os indígenas. Contou também com a ajuda dos jesuítas que tinham a autoridade religiosa do lugar.

Em meados de 1751⁸, o governador D. Marcos de Noronha instituiu a missão jesuíta São Francisco Xavier, com dois redutos: São José do Duro (Formiga), instalada na atualmente chamada Missão, e São Francisco Xavier do Duro, nas proximidades da mina Tapuia⁹, hoje centro de Dianópolis. Nesses aldeamentos, primeiramente, os povos indígenas akroá e xacriabá foram aprisionados, após invasões de algumas aldeias, que deixaram um rastro de sangue, com mortes de homens, mulheres e crianças.

Os indígenas que habitavam essa região muito antes das expedições atrás do ouro e metais preciosos passaram a atacar os invasores de suas terras e causar prejuízos para os colonizadores. Oficialmente, o governo português proibia a escravização do índio como também qualquer guerra contra eles. Contudo, na prática, eles eram escravizados encarregados de atividades domésticas ou rurais. Era uma forma de possuir escravos sem ter que pagar caro.

As fugas e as revoltas dos indígenas foram constates durante o período, bem como o revide aos ataques dos colonizadores. Isto, somado ao alto custo de manutenção dos aldeamentos, ao desentendimento entre os religiosos e os militares, bem como aos surtos de doenças contagiosas, tornou os aldeamentos imprósperos e os fez durarem pouco mais de 25 anos. O aldeamento São José do Duro (formiga) virou um pequeno povoado após sua desativação, habitado por poucos descendentes indígenas. De acordo com Parente (2007), os poucos índios que restaram naquela redução foram transferidos para o aldeamento São José de Mossâmedes, no sul da capitania de Goiás, criado em 1775 para abrigá-los. O aldeamento São Francisco Xavier do Duro também foi desativado, porém, a atividade aurífera em torno da mina tapuia continuou e atraiu muitos aventureiros em busca do ouro.

Mesmo que os aldeamentos da Missão de São Francisco Xavier não tenham prosperado de acordo como os interesses colonizadores, principalmente devido as práticas de resistência indígena Akroá e Xakriabá, a memória sobre esses redutos indígenas são ressignificados através da religiosidade popular, ou seja, da Festa a São

⁸ Não há consenso entre os pesquisadores sobre a data correta.

⁹ Segundo a versão popular, a mina foi encontrada por índias tapuias, das quais os colonizadores não conseguiam identificar a etnia. Elas encontraram pepitas de ouro nas proximidades do aldeamento São Francisco Xavier do Duro e as levaram aos jesuítas, que ao identificá-las começaram a explorar o metal precioso.

José, que é comemorada tanto na cidade de Dianópolis como no povoado de Missões (Formiga), anualmente. São José foi escolhido patrono dos aldeamentos pelos jesuítas na época da implantação dos mesmos e de lá para cá todos os anos os moradores dos referidos locais, celebram as suas crenças religiosas populares. Outro festejo comemorado em Missões é a festa do Divino Espírito Santo, que acontece no mês de julho (OLIVEIRA, 2019, p. 46).

Dianópolis nasce desses aldeamentos, sua origem, seu povo e seus costumes estão atrelados à missão jesuítica e a um projeto do governo português de catequizar e ensinar os costumes europeus para os povos que habitavam a região. O ouro e a criação de gado também tiveram importância significativa na historiografia da cidade, assim como a influência do coronelismo¹⁰, que vieram depois dos aldeamentos indígenas.

Até se tornar cidade, o território de São José do Duro pertenceu ao município de Conceição do Norte. Em 1884, tornou-se localidade independente e o antigo arraial do Duro se tornou sede do município, então categorizado como vila. O Duro permaneceu como vila até 1938, quando passou à categoria de cidade e a se chamar Dianópolis.¹¹ Por muito tempo, apenas uma parte da história da cidade era evidenciada, sempre com uma perspectiva positivista e estrutural, com narrativas de construção de heróis e engrandecimento de algumas famílias tradicionais do território.

Entre essas narrativas, um acontecimento marcou a história da cidade e ficou conhecido como “barulho”, tragédia marcada por intrigas, mortes de inocentes, tortura e muita violência (BONFIM, 2019; JESUS, 2017; OLIVEIRA, 2019; PÓVOA, 1980). O auge do acontecimento foi em 1919. Hoje, mais de cem anos depois, há uma luta velada para estabelecer uma narrativa oficial dos fatos. Várias versões sobre as motivações que culminaram em uma guerra entre as autoridades constituídas da cidade (juiz do município, delegado e o coletor) e o coronel Abilho Wolney, acompanhado de centenas de jagunços que invadiram a cidade para vingar a morte do pai, são apresentadas em livros, artigos e filme. O fato não teve heróis e não foi uma luta do bem contra o mal, nem do certo contra o errado. Foi uma tragédia que se iniciou muitos anos antes da guerra.

Questões políticas, materiais, familiares e principalmente de “poder” culminaram em muito sangue, dor e sofrimento. Foram três dias e três noites de tiroteio, medo, fuga e mortes. Entre os mortos, dez inocentes, parentes e amigos do coronel Abilho Wolney que as autoridades

¹⁰ As raízes do coronelismo estão na colonização, como prática comum na organização social do Brasil da Primeira República (1889-1930). Caracteriza-se pelo controle da política por um pequeno grupo de privilegiados que definem os rumos políticos de uma cidade ou região, por vezes ilegalmente. Segundo Carone (1971), os coronéis eram grandes proprietários rurais com poderes absolutos, que exerciam a autoridade acima da lei. Eles eram a lei, a autoridade, de fato de um vilarejo, uma pequena cidade, ou mesmo toda uma região. Sua palavra não poderia ser questionada, e sua vontade política deveria prevalecer sempre.

¹¹ O nome da cidade homenageia quatro senhoras que viveram lá no início do século XX e se chamavam Custodiana, conhecidas na cidade por Dianas.

mantiveram como reféns para tentar evitar o confronto, mas foram brutalmente assassinados durante a invasão da cidade. Outros morreram ou foram torturados em uma escalada de violência que atingiu várias famílias do lugar (LOPES, 2021).

O conflito passou, mas as marcas permanecem em toda a comunidade de Dianópolis, que precisou se reconstruir. Muitas famílias foram embora da cidade deixando casa, terras e animais. Outros foram perseguidos por sua neutralidade durante a guerra. Os descendentes das famílias envolvidas, bem como a geração atual dos moradores da cidade, tentam ressignificar o acontecimento, que está na memória coletiva da cidade.

Cabe lembrar que a memória, nunca é uma reprodução exata dos acontecimentos do passado, mas sim um complicado, contraditório e contestado conjunto de representações, um modo de seleção no passado, uma construção intelectual, e não um fluxo externo ao pensamento (DOSSE, 2004, p. 183 apud PARENTE, 2007, p. 4).

Segundo Lopes (2021), analisar as festas religiosas de Dianópolis, seu povo e sua construção de identidade deve considerar todos os aspectos desde os aldeamentos fundantes. Algumas pessoas ainda contam sobre a descendência indígena e a mistura entre os povos na região. Filhos de brancos com índios, brancos com negros e índios com negros se tornaram comuns na região, transmitindo suas características físicas às gerações seguintes.

Essa origem de luta e resistência não pode ser apagada, muito menos silenciada, pois as pessoas descendentes dessa mistura de povos hoje frequentam a romaria da missão e caracterizam a festa e todos os aspectos linguísticos, religiosos e de formação de identidade da região.

3 História oral como recurso metodológico

No Texto *Memória e Identidade Social*, Pollak (1992) aborda o problema entre memória e identidade social “mais especificamente no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, chama-se de história oral.”. No início, trata das características da memória como fenômeno individual e coletivo, suscetível a flutuações e transformações constantes. O autor mostra que diferentes elementos da memória, como a projeção e a transferência, podem ocorrer em determinada situação individual ou coletiva.

Neste sentido, apresenta uma primeira caracterização da memória: a seletividade. “Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. As memórias podem ser organizadas em função das preocupações pessoais e políticas do momento enquanto fenômeno construído, social e individual. Quando se trata de memória herdada, o autor mostra que há

uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade. Mostra que os acontecimentos vividos pessoalmente incluem também acontecimentos coletivos no ambiente a que as pessoas pertencem. “São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK 1992, p. 201). Pode ser que nessas situações ocorram uma projeção ou identificação com as situações vividas no passado que marcaram as pessoas envolvidas de tal forma que se pode falar em uma memória “quase herdada”. (LOPES, 2021, p. 28).

Em relação à ideia de construção de identidade, o autor recorre à literatura da psicologia social para apresentar três elementos que considera essenciais:

Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do copo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204).

Pollak (1992) escreve sobre o trabalho de enquadramento da memória, que consiste em uma análise da história social por meio de uma análise de organizações políticas, sindicais, da igreja e de todos os grupos que solidificam o social. Essa constituição da memória coletiva em diversos níveis sociais tem um preço pago na hora da mudança e reorganização da memória.

Atualmente, há um interesse nas ciências humanas e na história sobre a ligação entre memória e identidade perceptível, segundo o autor, em muitas “[...] publicações, que utilizam métodos muito diferentes, tais como a análise das comemorações, dos lugares, mas também a análise dos discursos, de textos, de entrevistas e de histórias individuais” (POLLAK, 1992, p. 206-207).

Ao narrar uma história ou um fato, uma pessoa faz uma representação do que viveu que nem sempre corresponde à realidade, mas representa uma possibilidade desta. O autor nos diz que a coleta de representações por meio da história oral se tornou instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. Para Pollak (1992), a história pode ser extremamente rica, produtora de novos temas, novos objetos e novas interpretações.

Portanto, é possível construir cientificamente discursos sensíveis quanto à realidade e a pluralidade de determinado local, pois, segundo ele, existem cronologias plurais: em função do

seu modo de construção, no sentido do enquadramento da memória e, também, em função de uma vivência diferenciada das realidades, numa continuidade potencial entre história oral e história social. Quantas histórias e verdades distintas podem ser construídas desde a organização até a realização do festejo — cada uma com seu potencial, sua devoção, sua entrega para o momento, sua contribuição? São muitos olhares sobre o mesmo acontecimento que envolve memórias individuais e coletivas que fundamentam a vivência no tempo presente.

As narrativas orais permitem ampliar os conhecimentos e as informações sobre o passado recente da tradição dos festejos, por meio da versão das pessoas que vivenciam estas transformações. Neste sentido, as narrativas orais, conforme Portelli (1996), possibilitam compreender as transformações ocorridas nas festas, bem como as novas formas de relações de poder, as tensões, as resistências e as superações que estão ocorrendo, a partir da perspectiva dos atores que vivenciam tais inovações. De acordo com Parente (2012), é uma forma de trazer para o debate visões e vivências de pessoas que ainda não foram reconhecidas como protagonistas da esfera pública, mas que certamente ocupam um lugar de destaque na construção da história.

Segundo Portelli (1997), os procedimentos da oralidade evidenciam o trabalho da palavra, da memória, da consciência, e disto procede a importância da história oral como recurso metodológico. O autor diz que este método, além de expressar a historicidade da experiência pessoal e o papel do indivíduo na história da sociedade, permite ampliar conhecimentos e informações sobre um passado recente por meio da versão de pessoas que o viveram em um trabalho de campo com alunos do ensino médio, por exemplo. No caso deste estudo, permitir que as pessoas que vivenciam os festejos da Missão de Dianópolis expressem suas versões dos acontecimentos.

Na história oral, o processo da memória, de lembrar, manifesta-se na entrevista por meio da palavra. É um processo de construção extremamente rico que possibilita ressignificação de determinado tempo, produzindo novos temas, novas possibilidades de compreensão do tempo atual. “É um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias” (PORTELLI, 1996, p. 67).

Segundo Pollak (1992), a memória refaz-se pelos fragmentos do que foi e cristaliza sua importância por meio do discurso. Sendo assim, é possível construir cientificamente discursos sensíveis sobre a realidade e o contexto dos sujeitos participantes, como os foliões, os imperadores, os mastreiros, os noveneiros, os visitantes, entre outros, de modo que os alunos compreendam, além das dinâmicas atuais dos festejos, as ressignificações que foram ocorrendo.

Os docentes são responsáveis por propor melhorias e agir para transformar a realidade escolar, proporcionar vivências de ensino que contribuam significativamente à formação do aluno como parte da sociedade.

[...] agir no interior da escola é contribuir para transformar a própria sociedade. Cabe à escola difundir os conteúdos vivos, concretos, indissolavelmente ligados às realidades sociais. Os métodos de ensino não partem de um saber espontâneo, mas de uma relação direta com a experiência do aluno confrontada com o saber de fora. O professor é mediador da relação pedagógica – um elemento insubstituível. É pela presença do professor que se torna possível uma “ruptura” entre a experiência pouco elaborada e dispersa dos alunos, rumo aos conteúdos culturais universais, permanentemente reavaliados face as realidades sociais. (CENAFOR, 1983 apud FERRAZ; FUSARI, 1999, p. 30).

O raciocínio, o desempenho escolar, a concentração, a coordenação motora e a atenção melhoram significativamente nas vivências práticas de ensino. Portanto, o aprendizado ocorre tanto para os alunos que participam das atividades de extensão quanto para os docentes que buscam alternativas de recursos metodológicos para o ensino de história, criando vínculos sociais entre alunos, pais, professores e a comunidade.

4 Considerações finais

Inserir entre as atividades de campo as festas religiosas de Dianópolis oportuniza a compreensão dos desdobramentos, das configurações e das dinâmicas atuais do festejo, graças ao entendimento de que as festas religiosas configuram espaço de pesquisa para discutir a sociedade e problematizar discursos e narrativas atuais que tiveram origem no passado. Neste sentido, é indispensável a qualquer proposta de ensino atual ouvir as pessoas para entender o ser humano na sua localidade, onde habita, com suas crenças, seus modos de vida, de perceber e de fazer as coisas, enfim, seu lugar de memória.

Temas como a velha república, o coronelismo, revoltas armadas (Coluna Prestes), o voto popular, as instituições, a democracia, o período Getulista, etc., estão presentes na historiografia da cidade e podem ser utilizados como recurso de ensino. Temas como, escravidão, desigualdade, gênero e identidade podem ser ressignificados a partir dos acontecimentos históricos, como também pelo diálogo entre os alunos e os atores participantes dos festejos da Missão.

Ler, pesquisar e aprender conteúdos é bem diferente de vivenciar o ensino, na prática. A prática possibilita um novo olhar para a educação muito além do senso comum, permite uma reflexão sobre a atividade docente, bem como sobre os métodos de ensino utilizados pelos professores em sala de aula.

Esse tipo de atuação na sala de aula está previsto no Documento Curricular do Tocantins (DCT), elaborado de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que visam formação integral e cidadã dos estudantes. Essa possibilidade de ensino, da sala de aula para o campo de pesquisa, serve de referência para a ampliação da discussão e verificação de algumas teorias discutidas na universidade a respeito da atuação do professor na sala de aula e dos recursos metodológicos utilizados como ferramentas para potencializar as relações de ensino.

Referências

- ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)**. 1996. Tese (Doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <https://issuu.com/marcelooreilly/docs/0475-marthacamposabreu>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico do estado do Tocantins**. Goiânia: PUC, 2010.
- BONFIM, Wátila Mislá Fernandes. Duro: das missões, costumes e tropas — séculos XVIII, XIX e XX. *In*: DIANÓPOLIS: origem histórica, religiosidade e desenvolvimento regional — ensaios acadêmicos. Goiânia: Kelps, 2019.
- CARONE, Edgard. Coronelismo: definição histórica bibliografia. **Rev. adm. empres.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 85-92, jul./set. 1971. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/VsMJH7YbTMz3f7yM9dcZxXP/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. **Linha D'Água**, São Paulo, n. 8, p. 31-35, jul. 1993.
- FERRAZ, Maria Heloisa; FUSARI, Maria Felisminda. **Metodologia do ensino de arte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **IBGE Cidades: Dianópolis**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/dianopolis/panorama>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- JESUS, W. C. **Fé e devoção no culto à nossa Senhora do Rosário e ao Divino Espírito Santo na festa da Sucupira–TO**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFG_29dcedf0f346f0f9743a871915f8f7da. Acesso em: 15 jul. 2022.
- LOPES, Dayhan Deives Camelo. **Festas religiosas: identidade, memória, música e desenvolvimento nos festejos da missão em Dianópolis–TO**. 2021. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2972>. Acesso em: 15 jul. 2022.

LOPES, José Rogério. **Festas e religiosidade popular**: estudos antropológicos sobre agenciamentos, reflexividades e fluxos identitários. Porto Alegre: Cirkula, 2014.

LOPES, José Rogério. **Resumo de condição pós-moderna de David Harvey**. São Paulo: Loyola, 2020.

OLIVEIRA, Jesuíza Bandeira. A implantação da missão São Francisco Xavier no norte da capitania de Goiás: revisitando a historiografia regional – goiana e tocaninense. *In*: DIANÓPOLIS: origem histórica, religiosidade e desenvolvimento regional — ensaios acadêmicos. Goiânia: Kelps, 2019.

PALACÍN, Luiz. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PARENTE, Temis Gomes. Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 269-284, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15015>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2007.

POLLAK. Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Trad. Ingebord K. Mendonça e Carlos Espejo Muriel. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Proj História**, São Paulo, v. 14, fev. 1997.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **Quinta-feira sangrenta**. Goiânia: Gráfica Editora Lider, 1980.

SILVA, Mônica Martins da. **A Festa do Divino**: romanização, patrimônio & tradição em Pirenópolis (1890-1988). Goiânia: Instituto Goiano do Livro/Agepel, 2001.

SILVA, Reijane Pinheiro da. O sertão e suas possibilidades: problematizando a construção de identidade do Tocantins. *In*: FREIRE, Juciley Silva Evangelista; OLIVEIRA, Antonio Miranda de (orgs.). **Educação, participação política e identidade cultural**: uma contribuição multidisciplinar para a formação docente no Tocantins. Palmas: EDUFT, 2016. p. 167-180.

TOCANTINS (Estado). Secretaria da Educação, Juventudes e Esportes. **Documento curricular do Tocantins – DCT para a educação infantil e o ensino fundamental**. Palmas: Secretaria da Educação, Juventudes e Esportes, 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-tocantins-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/3pxz92xtgb1p>. Acesso em: 15 jul. 2022.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.